



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

Estudo sobre Políticas Públicas para Gestão Compartilhada da Pesca na Baía da Ilha Grande - RJ

Área Temática: Universidade, políticas públicas e desenvolvimento.

Jair N. P. Oliveira¹, Juliana R. P. B. Moreno², Rebeca V. da Silva³, Sidney Lianza⁴

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – SOLTEC, Rio de Janeiro – RJ, nastalino@poli.ufrj.br

²Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – SOLTEC, Rio de Janeiro – RJ,
julianareis.moreno@gmail.com

³Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – SOLTEC, Rio de Janeiro – RJ, rebeca.valent@gmail.com

⁴Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – SOLTEC, Rio de Janeiro – RJ, sidney@ct.ufrj.br

Resumo

No que concerne a Gestão Compartilhada dos Recursos Naturais, ressaltamos nosso foco de projeto na Baía de Ilha Grande – RJ, uma região com um ecossistema de alta prioridade de conservação devido a sua biodiversidade, e ainda por abrigar diferentes populações regionais com formações culturais diferentes. O local já foi alvo de pesquisa e intervenção do projeto GPESCA, fruto de uma parceria do SOLTEC-UFRJ, FIPERJ e MPA. Seu programa tem como intuito coordenar uma ação na cadeia produtiva da pesca, garantindo a equidade social e equilíbrio ambiental. Nas diversas etapas do processo produtivo, fora proporcionado um documento intitulado: Diretrizes para um Programa de Políticas Públicas para a Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros e Aquícolas da Baía de Ilha Grande, que veio propor métodos de ação frente aos conflitos gerados, visando fortalecer as relações interinstitucionais.

Devido à existência de diferentes grupos com interesses distintos, a incidência de conflitos é iminente, necessitando de uma solução. Coloca-se então a proposta de elaboração de novas políticas públicas que atuem efetivamente neste contexto. Na garantia da supremacia da lógica de solidariedade e da cooperação que caracteriza a instituição dos bens comuns, avaliamos aqui como tais políticas podem ser implantadas frente aos desafios do cenário atual.

Palavras-chave: Pesca Artesanal; Conflitos; Políticas Públicas.

1 Introdução

O cenário da Baía de Ilha Grande, localizado em Angra dos Reis, Ilha Grande e Paraty, é foco de inúmeras intervenções, sendo uma delas, um projeto que tem como objetivo a realização de uma gestão compartilhada de recursos pesqueiros e aquícolas, historicamente conceituados como bens de uso comum.

Este projeto foi viabilizado a partir do convênio firmado entre o Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA e a Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB/UFRJ), e executado pelo Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC/UFRJ, em parceria com a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ.

O território abordado é considerado pelo Ministério do Meio Ambiente como um ecossistema



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

de alta prioridade de conservação devido a sua biodiversidade e por abrigar ainda diferentes populações regionais com formações culturais diversas (caiçaras, pescadores, aquicultores, entre outros). Por haver os mais variados grupos e atividades, como os moradores locais, as atividades turísticas e industriais, há, na localidade, intensas divergências quanto às diferentes formas de utilização dos recursos naturais. Daí decorre os constantes conflitos, divergências entre os interesses e as percepções atribuídas ao uso desses recursos.

Nesta iniciativa, o conceito de conflitos teve como base a definição proposta por Acselrad (2004) que os define como sendo:

(...) aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaças por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos, ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo e pelas águas etc. Este conflito tem por arenas unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbólico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2004:24).

Nesse sentido, o projeto Gpesca entende que a melhor forma de realizar a gestão compartilhada de usos de bens comuns, minimizando, evitando e até mesmo resolvendo tais conflitos, se desenvolve com a participação direta dos próprios atores sociais envolvidos.

O plano se foca nos anseios dos pescadores artesanais, contando com sua participação direta nas etapas de planejamento, implementação, monitoramento e fiscalização. Busca-se compartilhar esta gestão, garantindo assim a divisão de poder e responsabilidade entre governo, comunidade, instituições de pesquisa e demais atores envolvidos no uso dos recursos naturais.

A metodologia usada ao longo do processo é denominada como pesquisa ação que visa produzir mudanças (ação) e compreensão (pesquisa). O pesquisador se alia em um processo participativo junto aos atores sociais envolvidos com a determinada problemática social, produzindo assim um novo saber, entre a academia e o conhecimento tradicional. A sua utilização como forma metodológica possibilita aos participantes condições de investigar sua própria prática de uma forma crítica e reflexiva. Paulo Freire acrescenta:

“O processo inovador no pensar e no fazer requer um verdadeiro programa de pesquisa-ação em torno de vários eixos problemáticos dos quais é necessário ocupar-se no campo da pesquisa, da pedagogia e da ação universal”

O projeto nos proporcionou um documento intitulado “Diretrizes para um Programa de Políticas Públicas para a Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros e Aquícolas da Baía de Ilha Grande”, que veio a propor métodos de ação frente aos conflitos gerados para o usufruto dos recursos naturais mediante três principais frentes de trabalho: ordenamento pesqueiro e aquícola, a fim de gerar informação para a aplicação de medidas de manejo; sustentabilidade das cadeias produtivas da pesca e afins, para promoção de ações que visem fortalecimento e estruturação de tais cadeias produtivas; ensino, pesquisa e extensão, visando fortalecer as relações interinstitucionais, uma vez que são consideradas frágeis.



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

Destaca-se, portanto, o experimento de uma democracia participativa, onde os atores sociais envolvidos decidem coletivamente, o rumo comum a ser seguido, visando evitar uma nova tragédia socioambiental, uma vez em que, esta é a última Baía do Estado do Rio de Janeiro a ser preservada.

A democracia representativa, reconquistada com muita luta e sangue do povo brasileiro, há pouco mais de vinte anos, mostra estar aquém da necessidade da sociedade em libertar-se dos acordos entre os grandes conglomerados econômicos, estatais ou privados, com o Estado. Vivemos na realidade um exercício da gestão política que hegemonicamente torna invisíveis as populações tradicionais e as comunidades.

Um caminho para se solucionar tais conflitos, sem dúvidas, consiste na ideia do empoderamento das comunidades tradicionais. Já que estes são os que melhor entendem e conhecem o caminho para a preservação da Baía de Ilha Grande. Um caminho que emergiu na região, nesse período de elaboração das diretrizes do programa, que pode encaminhar o programa de pesquisa-ação parece encontrar-se no nó fluminense da Rede Solidária da Pesca, fundada em março de 2007 que poderia permitir um campo de empoderamento das comunidades, no âmbito das políticas públicas da economia solidária no país. Ela fruto da articulação de três programas - em exercício na época - focalizados na gestão compartilhada de recursos de uso comum, no caso a pesca artesanal é: PROVARZEA (Amazonas e Solimões), Peixes, Pessoas e Água - (Alto e Médio do Rio São Francisco) e PAPESCA (Litoral fluminense).

Coloca-se então a proposta de elaboração de novas políticas públicas que atuem efetivamente neste contexto, agindo de forma mediadora no diálogo entre os diferentes grupos existentes. Trabalharemos em torno desta questão, vislumbrando que, ao final deste projeto, tenhamos resultados satisfatórios para todas as partes e garantindo a supremacia da lógica de solidariedade e de cooperação que caracteriza a instituição dos bens comuns.

2 Histórico

A proposta do projeto surgiu com a organização de um pequeno grupo de pescadores insatisfeito com a situação que os circundavam na região, chamaram a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ no intuito da Instituição, lhes ajudar a resolver os conflitos entre eles e instituições fiscalizadoras que os proibiam de pescar. A FIPERJ solicitou ajuda ao Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, porque este já tinha experiência em Acordos de Pesca, para ajudar a comunidade pesqueira na região.

Diversas atividades econômicas são praticadas na região, tais como turismo, portos comerciais, terminal petrolífero, usinas nucleares e navegação, o que por sua vez tem contribuído significativamente para uma intensa e complexa agenda de conflitos, além de uma progressiva degradação do ecossistema. É neste contexto que populações tradicionais e patrimônios histórico-culturais vão interagindo, em grande parte de forma desordenada, frente aos interesses turísticos, imobiliários, fundiários e de uso e degradação dos recursos naturais.

Além dessas atividades econômicas, parte das ilhas se encontra dentro de Unidades de Conservação, como a área de Proteção Ambiental (APA) Tamoios, a APA Cairuçu, o Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), e a Estação Ecológica (ESEC) de Tamoios. Ainda com relação às Unidades de Conservação -UCs, um relatório técnico elaborado em 2008 pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) indicou que as dificuldades na gestão destas unidades



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

estariam relacionadas a uma grande sobreposição de áreas, além da existência de poucas Unidades de Conservação Marinhas, que não se encontram devidamente implementadas.

Uma das atividades que tem sido historicamente envolvida neste processo é a pesca, e mais recentemente, a maricultura (cultivo de organismos marinhos). A região da BIG possui relevância para a pesca no Estado do Rio de Janeiro (tanto artesanal quanto industrial), merecendo destaque a pesca do camarão e a da sardinha. Além disso, vale ressaltar o imenso potencial da região para a criação de organismos marinhos, já que as áreas do interior da Baía abrigam diversos empreendimentos de maricultura, principalmente cultivos de bivalves.

Neste contexto, o Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC/UFRJ, acompanhando o processo relatado acima, foi convidado pela equipe do MPA para dar continuidade ao processo de construção do projeto de Acordos de Pesca, junto às comunidades tradicionais, caiçaras, pescadores artesanais e industriais, maricultores e demais atores das cadeias produtivas que utilizam os recursos naturais na BIG. O desenvolvimento de Acordo(s) de Pesca na BIG representará um desafio e ao mesmo tempo, um marco para o método de gestão participativa e integrada dos recursos naturais na região, especialmente pesqueiros e aquícolas, e mesmo no país, dada a complexidade e o inerente desafio da iniciativa.

A execução do projeto se iniciou em março de 2011 financiado por um emenda parlamentar do Deputado Luiz Sérgio, mas antes, o SOLTEC/UFRJ, executou um curso de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros na Região, de 200 horas, com a participação de pescadores e técnicos da região como também de alguns pescadores e técnicos da região Norte do Estado. Esse curso foi financiado pelo Plano Nacional de Qualificação - Economia Solidária – PLANSEQ ECOSOL, resultado de uma chamada Pública de Parcerias da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego –SPPE/MTE. Este curso permitiu a equipe do SOLTEC/UFRJ conhecer melhor a região, como também conhecer os atores intervenientes, o que facilitou na execução do projeto Gpesca.

Os resultados da pesquisa, deu origem as Diretrizes para implantação de Políticas Publicas, conforme destacado na introdução.

3 Metodologia

Em termos metodológicos, o projeto se fundamentou nos preceitos da pesquisa ação. Fazendo uso de práticas participativas que deram subsídios na compreensão das relações (sociedade-ambiente), dos processos e, principalmente, orientaram na proposição de linhas de ação para uma gestão dos recursos naturais (pesqueiros e aquícolas) de forma integrada, participativa e inclusiva.

Ao se utilizar da Pesquisa-Ação, os resultados do projeto poderão propiciar novos arranjos e modelos de gestão que priorizem o compartilhamento das decisões, o respeito aos modos de vida das comunidades tradicionais, bem como as formas de ordenamento dos recursos (pesqueiros e aquícolas) condizentes com as condições e particularidades ecológicas da região da baía de Ilha Grande.

Para a execução do projeto foi contratada uma equipe de seis “agentes comunitários”. Optou-se em selecionar dois agentes por localidade (Angra dos Reis, Ilha Grande e Paraty), que foram definidos como agentes ambos compondo a Coordenadoria de Campo.

Cabe dizer que para a execução das atividades dos agentes comunitários (Coordenadoria de



Campo), foram definidas três áreas de atuação, a saber: região continental de Angra dos Reis, região da Ilha Grande (Angra dos Reis) e Paraty. A opção por este desenho se deu conta da difícil logística na região, e, conseqüentemente, conduziu aos critérios de contratação dos agentes comunitários: o de residir na área de atuação e ter vínculos com a atividade pesqueira/aquícola.

Após a seleção, os agentes comunitários participaram de um processo de capacitação para atuar no projeto, que teve dois momentos distintos. A primeira etapa da formação consistiu em um momento de integração do grupo com discussões teórico-metodológicas e, a segunda, de cunho mais prático, objetivou o treinamento para a aplicação da metodologia no campo.

Foram efetuados levantamentos de informações primárias como também informações secundárias. Para obtenção de dados primários foram realizadas: aplicação de questionários, entrevistas individuais e reuniões comunitárias. As informações secundárias basearam-se no resultado de Begossietall, 2009.

As reuniões eram iniciadas contextualizando o processo em curso, o escopo do projeto e os objetivos em andamento. Em seguida iniciava-se o debate em torno dos problemas elencados em trabalhos anteriores, visando verificar se estes faziam parte do universo comunitário. Uma vez discutidos, debatia-se a existência de outros possíveis problemas locais, os quais eram também registrados. Posterior ao registro dos problemas, os participantes indicavam nos cartazes quais eram os de maior importância. Deste modo, obteve-se uma priorização dos problemas por comunidade. Os cinco problemas mais denotados eram então descritos, os atores envolvidos identificados e as propostas de solução definidas.

A divulgação e o convite para as reuniões eram realizados por meio de telefonemas, contato com lideranças comunitárias e apoio dos parceiros dos municípios, estes conhecidos durante o curso de Gestão Compartilhada de Recursos pesqueiros. Em alguns momentos, por conta de problemas de comunicação e dificuldade de acesso às comunidades, a mobilização era feita no dia da reunião.

Paralelamente às oficinas comunitárias, a equipe de técnicos da FIPERJ e os pesquisadores da UFRJ realizaram entrevistas com gestores públicos e atores mencionados nas oficinas, tanto do setor público quanto do privado.

Durante a execução do projeto, a equipe percebeu que precisaria de algumas informantes-chaves da região, então foi criado um grupo de Colaboradores Voluntários: Ademir Alves – Associação dos moradores e pescadores de Abraão, Humberto Martins- Secretaria de Pesca de Angra dos Reis, José Augusto Morelli – Escritório Regional do Ibama de Angra dos Reis, Julio Avelar – Superintendência Regional do INEA, Robson Possidônio – Associação dos moradores e pescadores de Trindade, Luciano Vidal- Vereador de Paraty e Sylvia Chada – Coordenação Regional de ICMBio.

Esse grupo ajudou muito na execução do projeto, porque além de conhecerem e morarem na região, estão envolvidos diretamente e/ou pertencem a classe de pescadores, como também a instituições envolvidas com a Pesca.

4 Resultados

A partir do esforço de tornar concreto uma ação para tais políticas públicas, dentro do projeto de Gestão dos Recursos Naturais na Baía de Ilha Grande – Gpesca, paulatinamente e sob



9º

ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



"O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham"

diversas deliberações foi tomando forma o que hoje se intitula Diretrizes para um Programa de

Políticas Públicas para a Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas na Baía da Ilha Grande.

Entendo que a Baía de Ilha Grande é considerada pelo Ministério do Meio Ambiente um ecossistema de alta prioridade de conservação devido a sua biodiversidade, para além disso, por reunir e abrigar diferentes populações regionais como caiçaras, pescadores, ribeirinhos entre outros. Grupos inclusive que possuem uma identidade cultural sujeita a diversos processos de transformação.

É evidente que se coloca necessária a demanda de formulação de tais diretrizes, uma vez que esta região, por ser tão multifacetada em diferentes vertentes, abriga também diferentes conflitos.

As atividades exercidas na região são demasiadamente influentes para tais conflitos. A usina nuclear instalada e em funcionamento, as áreas de preservação pela compensação da mesma, a especulação turística, dentre outras são exemplos de como tais conflitos podem envolver desde grandes instituições e setores consolidados da economia até a população local, simples, que faz da pesca artesanal sua fonte de vida e renda.

Frente a isso são colocados diversos olhares a fim de direcionar o uso mais adequado para os recursos naturais ali presentes. Entretanto este processo não se realiza de maneira facilidade. Ao contrário devido o envolvimento de diferentes segmentos sociais e lógicas visando por ultimo a intervenção ativa no meio ambiente, o conflito se materializa de maneira iminente.

E levando em consideração que tais conflitos devem ser relevados, qualificados e debatidos coletivamente a fim de se negociar o processo do uso dos recursos naturais isto evidencia mais um dos desafios deste projeto.

Como o Gpesca visa a melhor forma de se fazer a Gestão Compartilhada, incentivamente e usando inclusive metodologicamente a participação, a influencia dos próprios pescadores nas etapas do processo de concepção desta cartilha de Diretrizes foi prioritariamente levada em consideração. Das etapas vale ressaltar que foram: 1) Planejamento ; 2) Implementação ; 3) Monitoramento ; 4) Fiscalização. A autogestão regendo todas estas atividades. Uma vez que se entende por Gestão Compartilhada a divisão do poder entre governo, instituições de pesquisa e a comunidade envolvida.

Das Diretrizes vale lembrar que se divide em três vertentes de ação afim de subsidiar políticas públicas integradas e participativas que propiciem a constituição de novos arranjos político-institucionais, visando a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros e aquícolas da BIG :

1) Ordenamento Pesqueiro, que tem como objetivo gerar informações visando a aplicação de medidas de manejo e o ordenamento pesqueiro e aquícola da BIG. E que detre algumas seguem as principais propostas: À normatização da pesca e da aquicultura; À condução de estratégias de mediação de conflitos envolvendo a atividade pesqueira e as áreas protegidas/unidades de conservação; À legalização e regularização dos pescadores; À necessidade de integração do IBAMA, Capitania dos Portos, ICMBio, INEA, nas operações de fiscalização, que estas primem pelo caráter preventivo e educativo.

2) Sustentabilidade das Cadeias Produtivas da Pesca e Aquicultura o qual tem por objetivo



promover ações que visem o fortalecimento e a estruturação das cadeias produtivas da pesca e aquicultura em bases sustentáveis. Através de tais ações e projetos, espera-se contribuir para diminuir a lacuna existente no que concerne ao acesso a recursos de projetos ligados à infraestrutura, assim como a valorização das cadeias produtivas da pesca e aquicultura na BIG.

As ações propostas se relacionam com as seguintes demandas: À ausência de energia elétrica e saneamento básico em algumas comunidades, assim como a falta de infraestrutura adequada para as atividades de armazenamento, processamento, beneficiamento, comercialização e distribuição do pescado; À necessidade de articulação de ações entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e MPA, de maneira a potencializar o desenvolvimento de políticas integradas no que concerne a Política de Territórios. Foi apontada a necessidade de estimular a participação do setor pesqueiro e aquícola nas reuniões do Comitê de Implantação para Ações Territoriais da Baía da Ilha Grande - CIAT;

E por último, porém não menos importante:

3) Educação, Pesquisa e Extensão

A necessidade de propor este eixo é devida a fragilidade das relações interinstitucionais no âmbito do tripé ensino, pesquisa e extensão. Entende-se a urgência de maior estímulo para realizar pesquisas em diferentes áreas de conhecimento e de caráter interdisciplinar. Sugere-se que estas pesquisas estejam em consonância com as necessidades indicadas pelos atores sociais da região e sejam desenvolvidas a partir de processos dialógicos considerando a diversidade de saberes, principalmente os das comunidades locais. Os resultados devem possibilitar a criação de um sistema de informações que subsidie as tomadas de decisão. Deste modo indica-se a importância de: Apoiar a consolidação de uma rede de pesquisadores multi/interdisciplinar em um arranjo interinstitucional que venha a subsidiar os processos de gestão e decisão; Investir em ações de qualificação profissional para o setor pesqueiro e aquícola, integrando articulando instituições/projetos já existentes; Fortalecer e ampliar a participação de pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento em espaços de discussão já existentes; Realizar pesquisas técnico-científicas sobre a biologia dos recursos pesqueiros e tecnologias pesqueiras; Desenvolver projetos voltados para a conservação do ambiente; Promover as ações de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA); Capacitar e organizar o setor pesqueiro e aquícola, visando o seu empoderamento; Estimular e promover um maior engajamento das empresas estabelecidas na região no fomento das ações de Educação, Pesquisa e Extensão; Desenvolver projetos voltados para a conservação do ambiente; Apoiar novos arranjos que facilitem a articulação intermunicipal visando a implementação de ações conjuntas e colaborativas nas áreas de pesca e aquicultura.

Em suma, As diretrizes para o Programa de Políticas Públicas da Baía da Ilha Grande foram elaboradas com base nos resultados encontrados durante as oficinas comunitárias, reuniões com o grupo de colaboradores e participação da equipe nos fóruns de discussão da região.

Estima-se que as diretrizes aqui propostas para além de significarem um resultado concreto dentre projeto possam propiciar a constituição de novos arranjos político-institucionais, facilitando a execução de políticas públicas integradas e participativas (de curto, médio e longo prazo), no âmbito das três esferas de governo – municipal, estadual e federal. E aí se coloca o novo desafio de que tais intenções já materializadas virem ações e intervenções governamentais. As ações sugeridas pretendem indicar caminhos para a conservação dos



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

sistemas sócio-ecológicos da Baía da Ilha Grande, bem como o empoderamento das comunidades pesqueiras artesanais e da aquicultura familiar e a coexistência com os demais atores (pesca industrial, turismo, petróleo e gás, etc).

5 Conclusões

De acordo com as diretrizes as quais propõe métodos de ação frente aos conflitos gerados para usufruto dos recursos naturais. E ainda sabendo que existem diferentes grupos com diferentes formações culturais e visões de mundo. As quais já foram exaustivamente abordadas no decorrer deste trabalho. Levando em conta ainda que as políticas públicas para o ordenamento desta questão são incipientes e não respondem a urgente demanda de solucionar esta questão a fim de que o uso comum seja plenamente exercido de maneira igualitária.

Temos ainda uma série de variáveis a analisar. Configurar diretrizes como esta não significa eliminar o conflito. Não se trata apenas de propor novas políticas públicas, e sim principalmente de fazerem tais políticas sejam funcionais e saiam do esboço pra se tornarem prática.

Mas o fato desta já estarem minimamente se consolidando já representa um passo largo no cenário atual. Coloca-se a questão então de como e com quais instrumentos e instituições devemos contar pra dar prosseguimento a este projeto. Que atualmente se encontra no início de sua segunda fase. Recentemente ocorreu no município de Paraty – RJ um seminário para finalização do mesmo onde um termo de compromisso foi estabelecido a fim de dar continuidade para tais políticas públicas, e ali junto com a cartilha foram estabelecidos novos encaminhamentos, novas parcerias junto a novas e velhas instituições, como exemplo a FIPERJ, MPA, IBAMA, NUPA entre outros. Obviamente os resultados deste primeiro encontro e de toda a segunda fase do projeto Gpesca claramente serão vistos a um médio e longo prazo. E como desde o início muitos desafios ainda se colocam no caminho. A Rede Solidária da Pesca em 2010 propiciou um curso sobre Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros, de 200h, onde participaram – de maneira paritária - técnicos, pescadores artesanais e aquicultores familiares, com recursos da Secretaria Nacional de Economia Solidária, onde os instrutores eram pesquisadores, técnicos e pescadores formados num processo desenvolvido na baixada litorânea fluminense. Esse processo através de metodologias dialógicas, proporcionou uma formação de protagonistas do processo, o que facilitou toda a execução do Projeto.

5 Referências Bibliográficas

DIEGUES, A. C. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. HUCITEC/NUPAUB/USP. São Paulo, 2000.

BEGOSSI, A.; LOPES, P. F.; OLIVEIRA, L.E. C.; NAKANO, H. Ecologia de Pescadores Artesanais da Baía de Ilha Grande. RiMa Editora, FAPES., São Carlos, 2010.

INEA. *Plano de Gestão Integrada do Ecossistema Marinho da Baía de Ilha Grande*: estudo de base. Vol.2. Rio de Janeiro, 2008.

RUFFINO, M.L. Gestión compartida de recursos pesqueiros em laAmazonía. p. 307-321. In: Pinedo, D & Soria, C. (Eds.). El Manejo de las Pesquerías em Ríos Tropicales de Sudamérica. Bogotá: Mayol Ediciones S.A. 2008, p.307-321.

MPA, FIPERJ, UFRJ. Desenvolvimento e Gerenciamento de Sistemas de Gestão da Aquicultura e Pesca na Baía de Ilha Grande (Acordo de Pesca-BIG). Projeto Básico. Rio de Janeiro, 2010.



9º

ENEDS |

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

MPA, FIPERJ, UFRJ. Desenvolvimento e Gerenciamento de Sistemas de Gestão da Aqüicultura e Pesca na Baía de Ilha Grande (Acordo de Pesca-BIG). Diretrizes para um Programa de Políticas Públicas para a Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas na Baía da Ilha Grande. Rio de Janeiro, 2012

LIANZA, S. MACIEL, V.F. JOVENTINO, F.K.P. ALENCAR, C.A.A.; ADDOR, F. A Experiência da Papesca/UFRJ em Macaé-RJ, Brasil. In: XXXVII Congresso ALAS, 2009, Buenos Aires. Memórias XXVII Congresso ALAS, 2009.

KALIKOSKI, D. SEIXAS, C. S.; ALMUDID, T. Gestão Compartilhada e Comunitária da Pesca no Brasil: avanços e desafios. Ambiente e Sociedade. Vol.12.n.1 Campinas, 2009.

ARRUDA, R. Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Ambiente&Sociedade.N.5, 1999.